

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA-BA

Taina do Nascimento Santos¹

Marisa Dias Ramos²

Victor Oliveira Soares³

Letícia Santos Azevedo⁴

RESUMO: Esta pesquisa buscou analisar o desenvolvimento da educação/escolarização durante a pandemia da (COVID-19) em uma escola pública localizada no povoado Raio do Sol, no município de Itapetinga-BA. Esta inclinou-se por refletir sobre as dificuldades enfrentadas por alunas/os e professoras/es nesse período pandêmico. Dentro desse propósito, o nosso objetivo de estudo emergiu de discursões levantadas em sala de aula durante a disciplina de Sociologia da Educação II, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Para coleta de dados foi realizado um estudo de campo de natureza qualitativa, desenvolvido a partir da aplicação de um questionário com questões abertas, estando tal delineamento metodológico sustentado em Chizzotti (1998) e Gil (1999). As categorias de análise foram subsidiadas pelos estudos de Luz (2009); Caldart (2012; 2004); Sousa e Meireles (2014); entre outros. A pesquisa sinalizou em seus achados a necessidade de um tratamento específico para a Educação do/no Campo, sobretudo neste contexto de pandemia, possibilitando aos seus sujeitos uma educação emancipadora e inclusiva.

Palavra-chave: Educação. Pandemia. Escola do campo.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda no Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Itapetinga-BA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GEPEMDECC). E-mail: tainanascimento255@gmail.com

² Graduanda no Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Itapetinga-BA. Integrante do Programa de Extensão Ludoteca: Um espaço de práticas interdisciplinares em Educação: E-mail: marisad346@gmail.com

³ Graduando no Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Itapetinga-BA. E-mail: vic_soares@hotmail.com

⁴ Docente lotada no Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem – DCHEL, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GEPEMDECC). Itapetinga-Bahia, Brasil. E-mail: leticiaazevedo91@hotmail.com

Este estudo nasce com o objetivo de analisar como está ocorrendo a educação no Povoado Raio do Sol¹ durante a pandemia (COVID-19), localizado no município de Itapetinga-BA, buscando refletir sobre as dificuldades encontradas pelas alunas/os e professoras/es durante esse contexto pandêmico. No primeiro momento trataremos do conceito de Educação do Campo (EC), pois estes constructos teóricos servirão de base para nossa análise na medida que será por este contexto de educação e pandemia que teceremos nossa análise e consideração a respeito do nosso objeto de estudo.

O nosso objetivo está vinculado às questões abordadas na disciplina de Sociologia da Educação II, componente curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. No tratamento das temáticas educação, desigualdade social, fracasso escolar, o ensaio se revela um potencial vetor de reflexão sobre as condições educacionais assistidas no cenário campestre, bem como oportunidade de pautar melhorias na infraestrutura, recurso também necessário para as escolas do campo, visto que na realidade posta, os seus sujeitos devem ter acesso aos conhecimentos tecnológicos, de forma a romper as barreiras que os levam a exclusão. Sobre tal efeito, Luz (2009) salienta:

A tecnologia não pode se tornar uma dificuldade na vida das pessoas, mas integrar o dia-a-dia da comunidade, as barreiras que impedem o conhecimento precisam ser vencidas, [...] Portanto, faz-se necessário criar oportunidade de acesso a ferramentas tecnológicas assim como a metodologias do uso dessas ferramentas a serviço dos docentes e discentes da escola do campo, para que os mesmos possam socializar coletivamente sua aprendizagem (p. 4).

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

A Educação do Campo tem gênese e desenvolvimento enquanto política pública, apesar de muitos desafios, algumas conquistas podem ser vistas. Podemos observar nos dispositivos legais algumas questões, como por exemplo, a invisibilidade da EC nos textos constitucionais de 1824 e 1891, também, na LDB 9394/96² em seu artigo 28 quando se refere uma concepção de educação rural, ou seja, uma educação empobrecida e elementar.

¹Nome fictício dado ao distrito, no sentido de preservar a identidade do mesmo.

² BRASIL. Lei 9.394, de 1996. Regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1996

Concepção essa que é revista a partir da luta dos movimentos sociais, tendo como base dois marcos simbólicos para a construção do projeto político-pedagógico: I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA) em 1997 e a II Conferência Nacional de Educação do Campo em 2004.

A Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, por sua vez evidenciou a proposta da construção de uma Licenciatura em Educação do Campo (LEC), que se caracterizou com base na gestão dos processos educativos e na docência por áreas de conhecimento, como: as linguagens, ciências da natureza e matemática, ciências agrárias e ciências humanas e sociais. Para Caldart (2012);

A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra-hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis. Nos combates que lhe têm constituído, a Educação do Campo reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana de longo prazo. Faz isso ao se mover pelas necessidades formativas de uma classe portadora de futuro (CALDART, 2012, p. 262).

As peculiaridades da EC têm-se revelado por meio de suas práticas, vinculadas à um projeto histórico, emancipatório, de lutas contra hegemônicas à construção social e humana. Nesse sentido, torna-se imprescindível considerar a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo, na busca de assegurar garantias a esses povos por meio de políticas públicas voltadas a essas realidades.

Apesar de avançarmos nas políticas públicas para a Educação do/no Campo, é preciso se pensar na escola do campo como importante influenciadora no processo de emancipação do sujeito, pois a mesma é responsável por sistematizar os conhecimentos historicamente reconhecidos e socialmente validados para essas populações, respeitando-os nos seus saberes, reconhecendo e valorizando seus conhecimentos, preparando-os para não receberem e aceitarem, de forma acrítica, os saberes advindos de fora.

Diante do que foi dito acima e levando em consideração que ao longo dos anos as escolas do campo na maioria das vezes não foram pensadas para/com o campo, Souza e Meireles (2014) pautam uma crítica à educação urbanizada trazida da cidade e posta no campo:

As escolas rurais, de modo geral, desde o seu surgimento, centram-se num modelo de educação com princípios e políticas voltadas para a educação urbana. Trata-se, pois,

de uma lógica urbana transferida para a escola rural, atentando para uma perspectiva que desconsidera o contexto rural e cultura local. Nesse sentido, a educação rural, foi e ainda hoje, é marcada por uma visão urbano-centrada que desvaloriza, desqualifica e por vezes negligencia as especificidades e singularidades do espaço rural. Trata-se de uma educação, vista preponderantemente pelos diversos governos brasileiros como simplesmente um prolongamento/transferência da escolarização urbana [...] (SOUZA E MEIRELES, 2014, p. 72).

Assim, os autores deixam claro que nunca houve uma preocupação com a EC. Torna-se evidente, que o modelo seguido, foi o parâmetro urbano, experiências e currículos a contento desse contexto, sem pensar nas realidades dos alunos que moram no campo, não respeitando sua cultura e vivências.

Dentro desse contexto de desvalorização do sujeito, arrolam aspectos que empobrecem a oferta da educação aos educandos camponeses, desde a fragilidade e inconsistência do currículo à ausência de infraestrutura nestes espaços. As poucas condições físicas desses, refletem no desprezo dado historicamente aos camponeses. A questão da estrutura tecnológica também é uma problemática que reverbera a fratura social existente entre campo/cidade, bem como a “exclusão intelectual” que emerge do negligenciamento das demandas escolares do campo e da ausência de fomento à rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade. As palavras de Luz (2009) reafirmam:

A aceleração da comunicação e dos conhecimentos produzidos veio transformar os conhecimentos técnicos e científicos, e principalmente as fontes de produtividade, gerando assim um grau de exclusão social econômica e intelectual cada vez mais acentuado por excluir aqueles que não conseguem acompanhar o ritmo, mantendo os marginalizados desse processo. Nesse caso o habitante da zona rural. Essas pessoas estão cada vez mais, distantes do pólo de riqueza que domina o ambiente digital, e a tendência é que seu estado de exclusão aumente cada vez mais. Nesse sentido acredito que só através da inclusão digital articulada aos elementos de formação do cidadão podemos tirar a Educação do Campo da ideia de “inferior”, para colocá-la nos padrões do mundo globalizado (LUZ, 2009, p.4).

É necessário destacar que o trabalho docente precisa ser pensado à luz das demandas emergidas, visto que não adianta apenas disponibilizar os recursos tecnológicos, sem que o/a professor/a esteja imerso na cultura digital e nas possibilidades de interface com as tecnologias da informação e comunicação.

Há de ressaltar, que as mudanças alcançadas no percurso da história da EC advêm das lutas dos movimentos sociais, com evidência para a ruptura na nomenclatura, de Educação Rural (ER) para Educação “do” Campo, sendo a última entendida como um não continuum da ER, antes ofertada, esboçada pela ideologia instrumental e mercantil. A EC surgiu como

contraponto de práticas, construção de alternativas, de políticas, ou seja, como crítica projetiva de transformações (CALDART, 2009).

O “do” tem a ver com o protagonismo desses movimentos, ou seja, os sujeitos sociais do processo de criação da EC, os “movimentos sociais camponeses em estado de luta”, com destaque os movimentos sociais de luta pela reforma agrária e particularmente ao MST (CALDART, 2009).

“Um ‘do’ que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade” (Idem, p. 41).

Seguindo esse argumento a autora aponta que é o protagonismo a marca que mais incomoda, pois são os sujeitos antes silenciados que entram em cena como construtores de uma política de educação, de uma reflexão pedagógica que atenda seus anseios e realidade.

Desse modo, a Educação “do/no” Campo, dar-se pela busca de reconhecimento da cultura e identidade campestre, uma educação ‘no’ campo porque o camponês tem direito a ser educado no lugar onde vive e ‘do’ campo, porque o camponês tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004).

EDUCAÇÃO E PANDEMIA (COVID-19)

A propagação vertiginosa da COVID-19 tem imposto ao mundo a tomada de medidas críticas por parte dos governos de todos os países. Toda a atenção está nos desafios impostos aos sistemas de saúde, mas os sistemas de educação também são diretamente afetados.

Diante desse contexto de pandemia (COVID-19) que se instalou no mundo, cerca de 1.5 bilhões³ de estudantes ficaram fora da escola em mais de 160 países, segundo relatório do Banco Mundial. Alguns países adotaram o fechamento total das escolas, e no Brasil não foi diferente.

A interrupção das aulas também afeta a proteção social. Não são poucos casos de crianças que têm na merenda escolar a única refeição regular e saudável; ou mulheres que, por

³Webinar: Impacto da pandemia na educação. Disponível em: <http://undime-sc.org.br/noticias/webinar-impacto-da-pandemia-na-educacao/>. Acessado em 14 de dezembro de 20.

serem frequentemente as principais responsáveis pelo cuidado infantil, acabam por ficar sobrecarregadas com o acúmulo de trabalho.

Em 2020, assim que detectado a expansão do vírus (SARS-CoV-2) no Brasil, a maior parte dos governos estaduais e municipais optou pelo fechamento total das instituições escolares para reduzir as chances dos estudantes se tornarem vetores do vírus para suas famílias.

As ações necessárias ao combate do novo Coronavírus interromperam as aulas presenciais nas escolas brasileiras na metade de março/2020, impactando, somente na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), 47,9 milhões de alunos (INEP, 2019). A prioridade inicial foi a manutenção da saúde e a preservação das vidas.

De modo geral, após o fechamento das escolas, reforçou-se a importância de todas as redes de ensino avaliarem a possibilidade de adotar estratégias de ensino remoto, afim de dar seguimento a agenda escolar e a manutenção do vínculo escola/aluno. No contexto rural o fracasso dessa iniciativa era muito provável, haja vista as poucas condições estruturais do ensino nesta realidade. A pretensão foi positiva, mas a prática destoou do objetivo, e as desigualdades educacionais já existentes em todas as redes de ensino, em maior ou menor grau, se agravaram ainda mais.

O ensino remoto ou Educação a distância (EaD) no cenário acima descrito, aumenta a desigualdade educacional, atuando na contramão da educação democrática. No contexto rural, acentua-se a disparidade dessa oferta, em razão da precariedade do serviço público, do acesso à internet, a equipamentos eletrônicos/digital e em algumas realidades a ausência do serviço de energia elétrica. Como traz Joye, Moreira e Rocha (2020): “Sabemos que o acesso à internet nos grandes rincões, principalmente no interior, é bem deficitário” (p.18). Os autores ainda destacam que:

Existe um grande risco de se aumentar o enorme fosso de desigualdade social já existente entre aqueles que possuem condições financeiras de acessar uma aula online com internet de qualidade, e aqueles que minimamente sequer possuem o básico para se alimentar de forma adequada. [...] E mais do que isso, o uso e a real democratização da internet. Esse ainda é, e vai ser por algum tempo, o maior dos desafios a ser enfrentado, pois, atualmente, [...] não está acessível a todos os brasileiros (Idem, p.22).

É importante também pautar sobre a distinção existente entre ensino remoto e EaD, para que não sejam tratados como equiparáveis. EaD é estruturada e organizada para tal desde a sua concepção, inclusive com regulamentação, diferentemente do ensino remoto. O último é

entendido como o ensino que ocorre no ambiente virtual e prioriza a transmissão das aulas em tempo real, buscando manter a rotina da sala de aula em um ambiente virtual acessado por seus educandos.

Surpreendidas pela pandemia do novo coronavírus, as redes de ensino estão aprendendo e se reinventando para fornecer conteúdos pedagógicos remotamente, no intuito de não deixar os estudantes desamparados. Sobre esses tipos de ensino o autor Cifuentes-Faura (2020) alerta:

A educação em casa certamente produzirá alguns momentos de inspiração, outros de aborrecimento, diversão e frustração, mas é muito improvável que, em média, substitua ou substitua com total eficácia a aprendizagem na escola. [...] Entre as principais diferenças pode-se encontrar a quantidade de tempo disponível para dedicar ao ensino, as aptidões não cognitivas dos pais, os recursos de que dispõem (possibilidade de acesso a material online) ou a quantidade de conhecimentos inatos dos pais. É difícil ajudar seu filho se tiver que aprender algo que não conhece. Esta situação irá gerar um aumento da desigualdade na educação e progresso das crianças. [...] A necessidade de se adaptar a um ambiente de aprendizagem online exige computadores ou dispositivos eletrônicos, bem como uma ligação à Internet de confiança. No entanto, as crianças de famílias de baixos rendimentos vivem em condições que dificultam a educação e o desenvolvimento da aprendizagem em casa (p.4).

O ensino remoto emergencial é desafiador mesmo em condições favoráveis de infraestrutura. Na zona rural não é diferente, em muitos contextos quando não há a conexão com a internet, a velocidade de navegação é precária, ou seus assistidos não têm habilidade, nem recursos para atender tal modalidade. O amparo técnico e pedagógico para assegurar a qualidade deste ensino por parte das instâncias públicas se configuram o maior desafio no cenário educacional brasileiro. Paralelo a tais noções, Krause (2020) cita:

Cabe à União, conforme estabelecido no artigo 3º da Lei 7.352/10, a responsabilidade pelas políticas relativas à educação do campo. Medidas urgentes precisam ser tomadas, e apenas a retomada das atividades letivas no ano seguinte não será suficiente, serão necessários estudos, planejamentos, estratégias e principalmente investimentos para reparar todos os prejuízos causados à educação durante o ano de 2020, que afetou de forma mais drástica a população da zona rural (2020, p.1).

A Constituição da República define a Educação como um direito social fundamental (art. 6º), garantindo que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (art. 208, § 1º). E a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 5º, preconiza:

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de

classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

Em que pesem todas as particularidades e desafios da situação atual, a emergência sanitária não deve destituir esse direito. Sendo assim, apoiados ainda no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, vale destacar que a política pública deve ser orientada pela Doutrina da Proteção Integral, isto é, considerando que as crianças e adolescentes são sujeitos de direito, estão em condição peculiar de desenvolvimento e devem ser tratados com a absoluta prioridade determinada no artigo 227 da Constituição da República (1988).

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido aos moldes de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como ferramenta para coleta de dados o *WhatsApp* Messenger, na tentativa de compreender os fatos sociais que englobam os processos comportamentais dos sujeitos pesquisados.

Para Chizzotti (1998, p. 83), a pesquisa qualitativa permite “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Isso porque “o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado” (Idem, p. 83).

Quanto ao contexto investigado, temos como objeto de estudo a Escola Girassol⁴, situada no Povoado Raio do Sol que fica localizado no município de Itapetinga-Bahia, a 74 km da cidade, cuja escolha se deu pela pretensão investigativa dos pesquisadores em revelar tal realidade, bem como a abertura obtida para coleta de dados.

Foi aplicado o questionário com questões abertas, tendo seis (6) sujeitos colaboradores: (1) Professor e (1) Coordenadora que atua no campo, uma aluna (1) do 9º ano e três (3) Mães⁵ de alunos da Educação Infantil, a fim de obter respostas que contribuíssem para fundamentação das nossas análises. Sobre o questionário, pode ser definido “como a técnica de investigação

⁴Nome fictício dado a escola, no sentido de preservar a identidade da mesma.

⁵Identificadas no texto como Mãe A; Mãe B e Mãe C.

composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL,1999, p.128).

ANÁLISE DE DADOS

Com objetivo de obtermos uma maior compreensão do tema proposto e objetivos traçados, analisamos o olhados partícipes desse estudo para com a modalidade do ensino ofertado no povoado durante esse período pandêmico.

Sobre o processo acima mencionado, os nossos colaboradores salientam:

A educação foi feita on-line pela mídia digital (WhatsApp⁶). Nossos professores a maioria eram contratados e foram exonerados, ficando somente um professor efetivo, uma professora voluntária e a coordenadora no envio das atividades(PROFESSOR).

As atividades eram enviadas através do grupo do WhatsApp, com as mães e alunos. Alguns alunos copiavam e respondiam no caderno a atividade que eram passadas, e para os alunos que não tinha acesso à internet, era entregue em suas casas e disponibilizada por mim aulas gravadas(COORDENADORA).

O Professor acrescentouque “Somente o 4º e 5º ano, tinham as atividades entregues na escola. Os professores efetivos com o auxílio da coordenadora Pedagógica do município selecionavam essas atividades”. Quanto ao Ensino Fundamental II, a informante salienta que as atividades eram entregues pelo grupo de WhatsAppcriado para esse público.

Os achados evidenciam a necessidade de adaptação dos educadores para com a nova proposta educativa posta pelo contexto. Mediada por recursos tecnológicos, plataformas digitais, a oferta desta modalidade de ensinotorna-se cada vez mais real e melindrosa na realidade rural brasileira.Conforme foi pautado na narrativa inicial desse texto, a prerrogativa do uso da modalidade remota de ensino, ou da EaD nesse contexto pandêmico não pode se sobrepor as fragilidades do contexto educacional tratado, visto que a literatura alerta o fomento da desigualdade na tentativa de materialização dessas propostas.

Há [...] casos em que os pais têm baixa escolaridade, muitos analfabetos. Então, como esses podem orientar seus filhos em casa? Outros se quer têm acesso à internet, não possuindo dispositivo remotos como smartphones, tablets e computadores, aliado ao fato de muitos com um elevado número de pessoas em uma mesma residência (JOYE, MOREIRA, ROCHA 2020, p.18).

⁶ É um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet.

Diante do que foi exposto, é importante pautar que a mãe A, relatou que das inúmeras dificuldades, a mais incomoda foi o fato dela não ser alfabetizada, estando limitada de acompanhar/orientar as atividades escolares de sua filha, aluna da Educação Infantil. Tal fator impactou no desenvolvimento cognitivo da criança, haja vista que o suporte de um adulto na condução das demandas pedagógicas deste alunado no ensino remoto, é indispensável. Outro impacto gerado, foi a baixa autoestima dessa mãe, pois simbolicamente as mazelas sociais, no caso específico o “analfabetismo”, exclui, silencia, limita sua participação na vida escolar de sua filha nesse momento.

Sobre essa questão levantada, o autor Cifuentes-Faura (2020) traz que;

[...] as habilidades não cognitivas dos genitores; a possibilidade de acessar o material online; a quantidade de conhecimento inato dos pais – afinal, é difícil ajudar o filho se tiver de aprender algo estranho ao que se conheceu e aprendeu, são questões a serem levados em conta quanto ao papel dos pais na Educação dos filhos em tempos de pandemia. Toda essa situação gerará um aumento da desigualdade na Educação e no progresso do estudante (p.2).

As outras duas mães ao serem questionadas sobre os desafios enfrentados com essa modalidade de retomada das atividades escolares remotamente, informaram: “ficar sem frequentar a escola, o afastamento dos colegas, a internet que não é boa e muitas vezes ficamos sem. Embora tenha tido esses problemas eu consegui ajudar o meu filho nas atividades com o auxílio da professora” (Mãe C). A Mãe B revelou que,

A principal dificuldade foi parar de estudar, o aprendizado, deixou de aprender muita coisa, ter que se afastar da escola, dos coleguinhas e dos professores. A maior dificuldade foi o motivo do celular travar, acabar desligando, a internet que ficava ruim e não ter acesso a computador (Mãe B).

Ainda sobre as dificuldades desse contexto, a aluna acrescenta:

A maior dificuldade que a pandemia trouxe não só na minha vida, mais na vida de todos os alunos, foi que atrasou muito na nossa série, apesar de ter as aulas online, não são todos os alunos que tem celular ou computador em casa para poder assistir as aulas online. Apenas dois professores estão passando atividades (ALUNA).

Diante das falas expostas, percebemos o quanto é necessário um olhar diferenciado para com a Educação no/do Campo, sobretudo, o direito das/os campesinas/os a educação de qualidade, assegurada legalmente (CF/88; LDB/96), bem como o conhecimento científico, o acesso universal as tecnologias disponíveis na sociedade.

Na prática, a materialização desses direitos tende a elevar a perspectiva de avanço cenário da EC em nosso país, fomentando a formação humana, intelectual e política dos seus sujeitos. Destoante ao pretendido, o que se evidencia é um cenário de desmonte de políticas públicas e educacionais no campo, um gotejamento ínfimo de recursos que acelera as desigualdades e exclui os povos do campo da participação social e da protagonização de seus destinos.

Outra análise a ser considerada, emergida das falas dos nossos colaboradores, foi a não clareza sobre a real modalidade de ensino que estava sendo ofertada pelo município de Itapetinga para os sujeitos do campo, e se de fato as estratégias adotadas poderiam ser caracterizadas como Ensino Remoto, EaD ou Ensino Híbrido. Sobre o Ensino Remoto Emergencial, Joye, Moreira, Rocha(2020) ressaltam que:

[...]Esse conceito envolve o uso de soluções de ensino e produção de atividades totalmente remotas, como, por exemplo, a produção de videoaulas que podem ser transmitidas por televisão ou pela Internet. Essas aulas estão sendo ministradas digitalmente e retornarão ao formato presencial assim que a crise sanitária tiver sido resolvida ou controlada. O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um novo modelo educacional, mas fornecer acesso temporário aos conteúdos e apoios educacionais de uma maneira a minimizar os efeitos do isolamento social nesse processo (p. 13).

As autoras esclarecem que:

[...] O termo remoto se refere apenas à mudança do espaço físico que outrora era presencial e agora, temporariamente, é remoto (digital), termo muito utilizado na área de Tecnologia da Informação (TI) para se referir à não presencialidade (JOYE, MOREIRA, ROCHA, 2020, p. 14).

O Ensino Remoto Emergencial utilizado na Pandemia da Covid-19, se confunde com à modalidade de ensino EaD, pelo fato de ambos utilizarem as tecnologias da informação. Para Joye, Moreira e Rocha(2020):

[...] o conceito de EaD é bem mais simples: professores e alunos que estão mediando seu conhecimento por meio de interação síncrona e/ou assíncrona em espaços e tempos distintos, com ou sem uso de artefatos digitais. O termo “a distância” explicita sua principal característica: a separação física do professor e do aluno em termos espaciais, não excluindo, contudo, o contato direto dos alunos entre si ou do aluno com o professor, a partir do uso dos meios tecnológicos. (p. 7)

Como visto, a EaD é uma modalidade de ensino amparada pela LDB⁷, que visa mediar o conhecimento entre professores e alunos em tempos e lugares diversos, através de recursos

⁷LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996.

tecnológicos. Já o Ensino Híbrido é uma “ramificação” da EaD, porque adota os mesmos princípios, buscando melhorias como a obrigatoriedade de momentos presenciais.

Segundo Joye, Moreira, Rocha (2020),

[...] o chamado ensino híbrido, já adotado fora do Brasil, também chamado de flex ou misto, [...] mescla momentos presenciais e a distância. Do ponto de vista regulatório, o Brasil só possui duas alternativas de credenciamento institucional: ensino presencial e a distância. Os cursos híbridos eram credenciados como EaD (p. 10).

Dessa forma, a Secretaria de educação do município, propôs a implantação do Ensino Remoto Emergencial nas escolas públicas (urbanas/ rurais) e privadas, durante o período da pandemia, se reafirmando como obrigatório pelo Ministério da Educação (MEC).⁸

Porém, a partir dos dados coletados no povoado é notório que esse modelo de ensino no ano de 2020, não se cumpriu com êxito, apenas evidenciou o nível de desigualdade que prevalece no campo, culminando em uma educação fragilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas linhas conclusivas deste estudo foi possível evidenciar que a tentativa de continuidade das atividades educacionais no Povoado Raio do Sol não dirimiu os impactos educacionais, bem como sociais já presentes no contexto rural estudado e acentuados com o período pandêmico (COVID-19). Este escancarou as fragilidades do sistema educacional e fomentou o fenômeno da desigualdade existente na oferta da EC no município pesquisado.

A proposta de continuidade da educação antes ofertada no modo presencial para o modo online no período pandêmico carece atenção, pois a entrega de atividades às/ aos alunas/os para serem desenvolvidas em suas residências, não se caracteriza um contínuo do processo de escolarização antes tido. Embora haja uma intenção pedagógica, as limitações de comunicação do professor com o educando anulam a dinâmica do ensinar/aprender, da interlocução necessária entre quem aprende e quem ensina, tornando tal estratégia (entrega de atividades) frágil e ineficiente.

Outros aspectos observados que contribuíram para a não materialização da intenção educacional pretendida foram: o despreparo docente para o uso das tecnologias de informação;

⁸MEC autoriza ensino remoto enquanto durar pandemia. Disponível em:
<https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2020/12/10/mec-autoriza-ensino-remoto-enquanto-durar-pandemia.htm>

a falta de acesso a aparelhos tecnológicos por parte dos educandos; a falta de acesso à internet; bem como a ausência de estrutura e recurso público que pudessem diminuir a distância do que se propõe ensinar e o que de fato é aprendido nas tentativas de modalidades remotas.

Contudo, faz-se urgente um replanejamento no que tange as propostas educativas direcionadas para EC em nosso país, principalmente no cenário pandêmico apresentado, bem como a proposição de Políticas Públicas Educativas capazes de ofertar uma educação cada vez mais inclusiva e emancipadora para os povos do campo.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 262.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In M. Arroyo; R. S. Caldart & M. Molina (org.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CIFUENTES-FAURA, J. Consecuencias en los niños del cierre de escuelas por Covid-19: el papel del gobierno, profesores y padres. **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social**. Madrid, v. 9, n. 3e, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://revistas.uam.es/riejs/article/view/12216/12089>. Acesso em: 4 dezembro de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, e521974299, 2020.

KRAUSE, Marcus Periks B. Krause. **Educação do Campo e os efeitos da pandemia: uma reflexão necessária**. 2020. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/educacao-do-campo-e-os-efeitos-da-pandemia-uma-reflexao-necessaria/>. Acessado em 08 de dezembro de 2020.

LUZ, Fabiana Ribeiro. **Tecnologia e educação na Escola do Campo**. Araguaiana, 2009. Disponível em: <http://educaonocampo.blogspot.com/2009/10/tecnologia-e-educacao-na-escola-do.html>. Área Fundação Universidade do Tocantins 2009. Acessado em 13 de dezembro de 2020.



III Congresso Internacional
V Congresso Nacional

25 a 28
Agosto 2021



SOUZA, Elizeu Clementino, MEIRELES, Mariana Martins de. A forma da outra beira: escolas rurais – entre invisibilidades, permanências e perspectivas. In: ANTUNES, HeleniseSangoi, FARIAS, Graziela. Franceschet. (Orgs). **Desafios e perspectivas na Educação Rural: fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares**. Curitiba, PR: CRV, 2014, p. 72.